

# *Como Aprendemos?*

por

Gordon Haddon Clark

Durante a segunda metade do século vinte, diversos apologistas — a maioria deles normalmente ortodoxos — têm tentado desenvolver um teísmo baseado na experiência sensorial. Alguns deles estão satisfeitos com o argumento Tomista para a existência de Deus, sem explicitamente produzir uma epistemologia empírica completa. Outros parecem satisfeitos com até mesmo menos: algumas vezes chamados evidencialistas, eles têm tentado provar a verdade da Bíblia por descobrimentos arqueológicos. Alguém pelo menos está interessado principalmente na história. Uns poucos entram na questão da epistemologia, mas eles freqüentemente — eu poderia até mesmo dizer sempre — ignoram questões básicas, tais como a produção de idéias abstratas a partir de imagens memoriais. Os exemplos desses grupos, de certa forma variantes, são Stuart C. Hackett em seu *The Resurrection of Theism*; Gordon R. Lewis em seu *Testing Christianity's Truth Claims*; e diversos livros de John Warwick Montgomery, Clark Pinnock e R. C. Sproul. Há diferenças entre eles, certamente. Alguns são mais explícitos do que os outros. Alguns são mais consistentes dos que os outros. Mas em geral eles são empiristas, negando a forma *a priori*<sup>1</sup> da mente, e implicitamente baseando todo o conhecimento na sensação.

## EMPIRISMO

Essa visão tem uma longa e ilustre história. Ela começou com Aristóteles, de quem Tomás de Aquino derivou seus princípios básicos; John Locke tinha uma versão levemente diferente dela, a qual Augustus Toplady desafortunadamente aceitou de muito bom grado; e mais John Gill, e com certas modificações, Charles Hodge e B. B. Warfield. Provavelmente por causa dos últimos dois, a visão Platônica ou Agostiniana tem sido freqüentemente desdenhada. Os luteranos também, como por exemplo Leander S. Keyser, têm geralmente sido aristotélicos. Mas nem todos. Dorner, em seu *A System of Christian Doctrine* (Edinburgh, 1881, Vol. II, 82) assevera que “a alma nunca é uma mera *tabula rasa*, ... há nela um mundo do inconsciente. Se no nosso conhecimento já há relação inerente ou inata para com o que é racional e bom — uma relação que é um dom original da nossa natureza e não de nossa própria obra — então, o conhecimento da verdade e da bondade está absolutamente fora de questão”. Essa é uma declaração digna de se ler uma segunda vez.

---

<sup>1</sup> Nota do tradutor: Diz-se de conhecimento que é condição de possibilidade de experiência, e que independe dela quanto à sua própria origem. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0).

Se mais documentação luterana for desejada, alguém encontrará um ponto de vista menos explícito e, sem dúvida, diferente, em *Christian Dogmatics* de Francis Pieper (Concordia Publishing House, 1950). Na seção intitulada “Man before the Fall” [O Homem antes da Queda], ele concorda que a “imagem e semelhança são sinônimos”, citando os versos citados aqui. Embora usando uma linguagem levemente diferente, ele também aceita o conhecimento e a justiça como seus componentes. Mas certamente ele exagera a extensão do conhecimento de Adão quando ele diz que Adão “teve uma compreensão das ciências naturais que é inatingível hoje, mesmo por meio do mais diligente estudo” (I, 517). Adão realmente previu as recentes e desconcertantes descobertas sobre os anéis de Saturno? Ou a implantação de um coração mecânico no ser humano? Aparte de tais imaginações, a dificuldade básica, do ponto de vista dessa discussão, é que Pieper parece não ter nenhum interesse no problema epistemológico e, portanto, simplesmente o evita.

John Theodore Mueller, em sua *Christian Dogmatics*, imita seu predecessor luterano. Ele é levemente mais explícito do que Pieper, e continua a exageração do conhecimento de Adão. A diferença é que todo o conhecimento científico de Adão é retratado como *a priori*. Perturbado pela evolução, ele escreveu: “A visão evolucionista, segundo a qual o homem era originalmente um bruto, sem a faculdade da fala... é, portanto, anti-escriturística... Em adição aos dotes morais perfeitos, o homem foi abençoado também com grande dotes intelectuais, de forma que ele possuía... um conhecimento intuitivo das criaturas [ciência] de Deus, tal como nenhum cientista após a Queda jamais adquiriu” (206). Note que enquanto Pieper simplesmente atribuía a Adão o mesmo conhecimento extensivo, Mueller adiciona que esse conhecimento era “intuitivo”. Se o conhecimento correto de Adão da velocidade da luz não fosse empírico, mas intuitivo, o termo *intuitivo* parece significar *a priori*. Em todo caso, nenhum conhecimento extensivo é atribuído a Adão nos versos da Escritura que Mueller cita, a saber, Gênesis 2:19-20, 23-24. Nem o escritor é suficientemente claro, mas a frase “grandes dotes intelectuais” e a palavra “intuitivo” favorecem mais o apriorismo<sup>2</sup> do que o empirismo.

Desafortunadamente, contudo, Mueller tinha previamente aprovado o argumento cosmológico para a existência de Deus (143), como Pieper também tinha feito antes dele. Os dois autores carecem de consistência. Nenhum deles parece interessado no presente problema, nem são tão claros como Dorner.

Dorner rejeitou a mente em branco. Até mesmo os católicos romanos, um pouco antes, defenderam o apriorismo: Descartes, Malebranche, Pascal e os Jansenistas. Mas toda a inteligência de Pascal não os salvou dos jesuítas.

---

<sup>2</sup> Nota do tradutor: Aceitação, na ordem do conhecimento, de fatores independentes da experiência (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0).

## A ESCRITURA REJEITA O EMPIRISMO

Agora, parece-me que até mesmo o material reduzido de Gênesis é suficiente para refutar o empirismo com sua mente em branco. Primeiro, visto que Deus é um Deus de conhecimento, eternamente onisciente, como pode um ser, declarado ser Sua imagem e semelhança, ter uma mente em branco? Mesmo aparte das declarações explícitas no Novo Testamento, Gênesis diz que Deus ordenou Adão e Eva a serem frutíferos e se multiplicarem. Visto que naquele tempo eles não tinham nenhuma experiência sensorial de outras pessoas, eles não deveriam ter alguma inteligência inata para entender esse mandamento? Certamente, um empirista pode insistir que eles tinham aprendido o significado observando os animais. Mas isso assume que um longo espaço de tempo interveio entre a criação de Adão e a imposição de Deus da obrigação. Alguém pode melhor supor que Deus deu instruções a Adão mais imediatamente. Isso é obviamente verdadeiro de Gênesis 2:16,17. O mandamento foi dado somente momentos após a criação. Certamente, tal mandamento não foi um conhecimento *a priori*, mas o equipamento intelectual para entendê-lo foi.

Há mais também. Adão não somente entendeu o mandamento: ele entendeu que foi Deus quem lhe deu. Devemos supostamente crer que ele desenvolveu laboriosamente o argumento cosmológico, incluindo a física por detrás dele? E ele derivou o conceito de responsabilidade moral de suas sensações? Embora o relato seja breve, parece que Adão sabia que ele era obrigado a adorar a Deus e obedecê-Lo. Mas o argumento cosmológico do empirismo é sobrepujado em suas falácias pela impossibilidade de deduzir avaliações morais de premissas factuais, mesmo que essas premissas sejam verdadeiras. Se um empirista insiste que o relato de Gênesis é muito breve para apoiar tal interpretação, podemos pelo menos confiar nas epístolas paulinas. Gênesis não é o único livro da Bíblia.

Um ponto subsidiário é o temor de Caim de punição após ele ter assassinado Abel. Evidentemente Deus tinha dado a Adão e aos seus garotos o que chamamos o sexto mandamento. Eles devem ter reconhecido isso como um imperativo moral. Mas, é de alguma forma possível desenvolver a idéia de um imperativo moral observando-se árvores crescerem num jardim? Note o ponto: o mandamento em si pode não ter sido inato, mas a idéia de moralidade sim, caso contrário o significado do mandamento não poderia ter sido entendido. A sensação, na melhor das hipóteses, pode talvez dar alguma informação factual; mas ainda que isso seja conhecimento do que *é*, o empirismo nunca pode produzir reconhecimento do que *deve* ser.

## PROPOSIÇÕES UNIVERSAIS

Por detrás de todos esses detalhes, tanto da física como da moralidade, reside a necessidade de proposições universais. Não somente o assassinato e a idolatria são errados, mas as leis da física são asseveradas como universalmente aplicáveis. Elas não são supostas terem quaisquer exceções. A

física é o mais claro exemplo. A lei do pêndulo, para tomar um exemplo elementar, é que o período de balanço é proporcional à raiz quadrada do comprimento. A lei assevera que isso é verdade de todos os pêndulos, todos que existem agora, todos que já existiram no passado, e todos que existirão no futuro. A lei é uma proposição universal; isto é, ela não tem exceções. Claramente, essa lei não pode ser deduzida do experimento ou observação, pois ninguém tem observado todos os pêndulos presentes ou todos os pêndulos passados, e ninguém observou qualquer pêndulo futuro. Por conseguinte, o empirismo nunca pode justificar qualquer lei da física. Agora, se a experiência sensorial não pode justificar um conhecimento do fenômeno natural, como ela pode ser de algum uso na teologia? Os princípios de teologia são todos eles proposições universais. Certamente, a teologia inclui certas declarações históricas, tais como “Davi era rei de Israel”, e isso não parece ser universal. Na verdade ela é, pois Davi como sujeito é uma classe por si mesma, e todos dessa classe são reis de Israel. Mas aparte das proposições com sujeitos individuais, os princípios de teologia — que dão significado aos eventos históricos — são declarações universais claras e ordinárias. Elas não podem, portanto, serem baseadas na observação. De fato, Deus também não pode ser observado.

## AS LEIS DA LÓGICA

Em adição ao fracasso do empirismo devido às proposições universais, há um fator ainda mais fundamental. Toda declaração, mesmo que particular, dependa da lei da contradição. A verdade e o erro são incompatíveis. Se todos os gatos são mamíferos, não pode haver um simples gato que não seja um mamífero<sup>3</sup>. Nós não temos inspecionado o número infinito do último para nos assegurar que nenhum possa ser encontrado. Dado a premissa, não precisamos examinar nem sequer um. Que O ab não pode ser deduzido de A ab é uma necessidade da lógica. E se nossas mentes não fossem assim construídas, nunca poderíamos distinguir a verdade do erro. Mas o empirismo não fornece nenhuma necessidade, nenhuma universalidade; o problema não é que ele não fornece todas, mas sim que não fornece nenhuma.

Realmente, ele não fornece *nenhuma* sequer. Quer a forma lógica seja universal ou particular, a proposição deve ter um sujeito. Todos os cães são vertebrados; alguns cães são pretos. Suponha agora que o sujeito, cães, tenha cinco significados. Isso não é comum para palavras inglesas. Consulte o *Merriam-Webster's Unabridged Dictionary*. Procure as palavras *rápido*, *frear*, *doméstico*, *raça*, *terra* — para não mencionar *amor*, *emoção*, *graça*, *religião* e *virtude*<sup>4</sup>. Cada uma possivelmente terá quatro, cinco ou até mesmo seis significados diferentes. Isso frequentemente introduz considerável ambigüidade, com o resultado de que um argumento, aparentemente lógico, seja realmente falacioso. A falácia pode ser evitada, algumas vezes com um

<sup>3</sup> Nota do tradutor: No original “If all marhoucals are rhinosaps, there cannot be a single marhocal that is not a rhinosap”, sem equivalente em português.

<sup>4</sup> Nota do tradutor: No português as variedades não são tão grandes como em inglês. Por exemplo, *race*, que traduzi aqui como *raça*, pode ser corrida, raça, gênero, tribo, povo.

pouco de aborrecimento, especificando o significado um, o significado dois e o significado três. Mas há um problema mais profundo. Suponha que uma determinada palavra tenha um número infinito de significados. A palavra *fast* [rápido] significaria então toda palavra no dicionário, do artigo "a" à palavra "zyzsogetan", adicionada a um número inimaginável maior. "Fast fast fast fast" significaria, então, "Hoje é a última Terça-feira" e "Washington descobriu a América em 1066". Resumindo, uma palavra que significa tudo não significa nada. Mas isso que é tão óbvio não pode ser deduzido a partir de quaisquer quantidades finitas de observações. É um princípio que deve ser aceito mesmo antes do termo "observação" ter ganhado qualquer significado. Portanto, o uso de qualquer palavra simples numa sentença inteligível depende de um princípio *a priori*. Nenhuma mente em branco poderia jamais descobrir esse princípio. Alguém pode expressar o princípio como "uma palavra, para significar algo, deve também não significar algo"; ou, "se uma palavra significado tudo, ela não significa nada". Como a lei da contradição, é uma forma de manter a distinção entre a verdade e a falsidade. E essa distinção é o elemento básico na imagem de Deus.

Traduzido por: [Felipe Sabino de Araújo Neto](#)  
Cuiabá-MT, 24 de Julho de 2005.